

O Comércio Interprovincial e a Natureza das Trocas Econômicas no Alto Império Romano: as Evidências do Azeite Bético na Bretanha

Pedro Paulo Abreu Funari

Abstract

This paper discusses the character and features of economic exchanges in the Principate through a case study. Archaeological evidence from Britain regarding the consumption of Spanish olive oil is studied and general conclusions are drawn from the case study.

1. A Interrelação entre Novos Dados e os Modelos Interpretativos

O Prof. Frere (1987) representa, juntamente com M. Todd (1989) e outros, toda uma geração de pesquisadores britânicos clássicos em busca de novos dados e da sua descrição fiel (cf. SCOTT, 1990: 995). Esta abordagem era já usual, no interior da filosofia da História de língua inglesa, ao menos desde a época de Collingwood, um arqueólogo que buscou definir a especificidade da História. F. R. Ankersmit (1986:7) opôs a “*hermenêutica alemã, que tende a ver o passado como um dado e que nos convida a um retorno, de certa forma, a este passado para descobrir sua significação, àquela anglo-saxônica. Esta desenvolve-se no sentido oposto, pois ela nos impulsiona a buscar novos dados históricos*”. Talvez os arqueólogos sejam, naturalmente, propensos à busca de novos dados, já que, à diferença dos historiadores clássicos, nos defrontamos, freqüentemente, com descobertas inéditas. Encaramo-nos, com bastante naturalidade, como se fôssemos detetives à cata de informações (CARANDINI, 1979; COLLINWOOD, 1946:266).

Contudo, os arqueólogos têm se tornado cada vez mais conscientes do fato que “*a interpretação não começa após a coleta dos fatos; a interpretação cria, por si mesma, o documento e os fatos*” (SAMEKAWA e SMITH, 1988: 152). Um estudo monográfico, como neste caso, não é,

pura e simplesmente, uma compilação de fatos, é uma argumentação (CALHOUN, 1987: 634). Os pesquisadores alemães têm, há muito tempo, chamado a atenção para a subjetividade de toda interpretação humana, desde a famosa frase de Goethe: "*Jede Tatsache ist schon Theorie*" (toda ação é também teoria). O passado nunca nos chega diretamente, objetivamente, mas sempre na forma de fontes a serem interpretadas (DROYSEN, 1943: 420). Franz Georg Maier (1984: 86) designou o historiador positivista como espelho da realidade passada, "*um realista ingênuo*". De fato, nossas reconstruções das realidades passadas por meio dos documentos e dos fatos são, na verdade, produtos altamente elaborados de nossa própria época, não uma reprodução exata, que seria impossível, do passado. Arnaldo Momigliano (1984: 484) ressaltou que termos como capitalismo, superstição, imperialismo, escravidão, liberdade, exigem um estudo detalhado de sua significação e possível utilidade para a análise de outros períodos históricos.

Tudo isto significa que se impõe buscar novos documentos, como, aqui, os selos das ânforas béticas de tipo Dressel 20 e, ainda, que é necessário estudar o consumo de azeite por meio da análise destes documentos. Entretanto, igualmente imperativo, reconhecer que os documentos e os modelos analíticos utilizados são o resultado de nossas proposições. Para entender o consumo de azeite na Bretanha Romana e sua significação econômica, necessário, antes, tratar do problema do caráter da economia romana.

2. *Uma Caracterização da Economia Romana*

A leitura dos autores antigos, assim como o estudo dos vestígios arqueológicos, produziram reações bastante diversas em diferentes especialistas. O "modernismo" e o "primitivismo" (CARANDINI: 1983: 202) continuam a dominar o debate sobre o caráter da economia e sociedade antigas (JONGMAN, 1991: 15-41). Poucos continuam a se denominar "primitivistas" mas a idéia que o mundo antigo tenha se mantido subdesenvolvido e pobre ainda, muito difundida (cf. JONGMAN, 1991; para uma crítica à idéia de "desenvolvimento", veja-se ARRIGHI 1991: 39-41). A maioria dos autores, contudo, não está de acordo com esta abordagem, alguns chamando a atenção para a importância do mercado, ao menos no que se refere ao Império Romano. A economia do Império Romano foi, assim, caracterizada, em diferentes estudos monográficos, como um sistema econômico de troca de mercadoria (PADGUY, 1976: 20), em busca de novos mercados de consumo (WILL, 1983: 269), com produção voltada para a exportação (MATTINGLY, 1988: 52) baseada em uma

política econômica visando o desenvolvimento (BIRLEY, 1988: 19; PEKARY, 1976: 115). Recentemente, Claude Nicolet (1988: 194) considerou a produção de bens agrícolas para o mercado como uma característica típica da economia romana. Neste contexto, o modelo da “cidade consumidora”, tal como proposto por Moses I. Finley (1985; cf. BRUHS, 1985: 269) deve ser considerado inadequado para a descrição do Alto Império Romano (CARANDINI, 1980: 18; Foxhall, 1990:113). Isto se relaciona com a crescente importância dada ao mercado, por oposição à auto-suficiência (CORBIER, 1981: 427). Contudo, a produção de bens para o consumo local (CLAVEL-LÉVÊQUE, 1976: 243) não nos deveria induzir a subestimar o papel do mercado na economia (CLAVEL-LÉVÊQUE, 1977: 19) e a importância do capital para o funcionamento da economia romana (CLAVEL-LÉVÊQUE, 1980: 395).

Mesmo admitindo a importância do mercado durante o Principado (CARANDINI, 1986: 11), não podemos ainda responder à questão sobre como distinguir, claramente, os dois principais sistemas de troca existentes, simultaneamente, durante o Alto Império: as trocas propriamente por meio do mercado e as trocas ligadas à redistribuição (PEACOCK e WILLIAM, 1986: 55-63). A complexidade das instituições funcionais do Império Romano (D'ARMS, 1981: 13) aumenta, ainda mais, o problema, pois controles muitos complexos da produção e das trocas, como no caso das ânforas Dressel 20 e a produção e distribuição de azeite, podem ser o resultado tanto de mecanismos de redistribuição como da troca comercial. Podemos avaliar a dificuldade de diferenciar o escambo (*permutatio*, cf. PAULO. Dig.18, 1, 1) da troca ao estudarmos a palavra *annona*. Embora os pesquisadores modernos, normalmente, considerem a *annona* como um mecanismo de redistribuição, *annona* significava, também, o preço de mercado (PLAUTO. *Trin.*2, 4, 83). Assim, *annona* era o termo técnico econômico utilizado para referir-se ao preço. Sêneca (*De Benef.*6,14) definia o valor ou preço das mercadorias (*aestimatio*) como “o resultado não de sua utilidade, mas da tradição (*consuetudine*) e do preço de mercado (*annona*)”. Isto significa que não devemos, pura e simplesmente, considerar a *annona* como um abastecimento fora da ação do mercado. A descoberta dos documentos militares em Vindolanda (Chesterhol, Inglaterra), permite constatar que a compra de diferentes produtos era feita no mercado. “Compra com dinheiro”, “dinheiro” (*pecunia*) e “comprar com dinheiro” (*comparare denarios*) (BOWMAN, THOMAS e ADAMS 1990: 35; 45) são expressões comuns utilizadas, correntemente, pelos militares, nesses documentos. Recentemente, Anthony R. Birley (1991: 95) propôs que o uso da palavra *ratio* (conta, cálculo) em relação à compra de couro,

assim como os outros termos já mencionados, sugere uma prática habitual e rotineira com os negócios e com a compra no mercado. Contudo, como a economia romana era, simultaneamente, complexa, integrada verticalmente e caracterizada por racionalidades não-modernas (FOXHALL, 1990: 113), devemos nos lembrar, sempre, ao estudar as ânforas, como nesta ocasião, que o mercado significa, a um só tempo, os consumidores com privilégios políticos específicos (como os soldados e o povo romano) e, também, mercado no sentido abstrato, moderno, do termo, ou seja, consumidores em geral (NICOLET, 1988: 41-42). Discuto estas questões a seguir.

3. *Redistribuição e Venda de Produtos Transportados em Ânforas*

As ânforas são vasos destinados ao transporte de mercadorias para a troca, no sentido amplo do termo, incluindo-se aí práticas ligadas à reciprocidade, à redistribuição ou ao comércio (PEACOCK e WILLIAMS, 1986: 54-66). Há autores que pensam que as trocas de mercadorias em ânforas sejam provas claras do fato que a economia romana era monetária e ligada ao mercado (HEDEAGER, 1987: 126). Paterson (1988: 243-244) ressalta que comerciantes privados (*negotiatores e nauicularii*) controlavam o comércio de azeite e de vinho e considera que "a organização do Estado utilizava largamente os mercadores privados e pressupunha, mesmo, a existência de uma estrutura complexa de comerciantes privados". As ânforas, utilizadas para o comércio a longa distância, são o testemunho mais eloqüente da existência de uma economia desenvolvida de mercado no mundo romano. Há dados que demonstram que a exportação desses produtos em ânforas prosperava já muito antes da intervenção oficial do Estado e, assim, fora da esfera da autoridade geográfica e legal de Roma, e isto desde o período republicano. Os romanos intervieram, por diversas vezes, militarmente, para proteger os interesses dos mercadores romanos ou itálicos fora do território legalmente romano (como, por exemplo, no caso da Guerra de Jugurta). A descoberta de ânforas romanas fora do território romano, e até em território inimigo, demonstra a importância dos mercadores privados e das forças de mercado fora do controle do Estado. Entretanto, isto não nos permite resolver a questão relativa à importância da política do Estado no que se refere ao abastecimento controlado ou influenciado diretamente pelo Estado. O dilema que se nos depara torna-se mais claro quando estudamos as fontes antigas a respeito. Tácito (*Ann.* 1.9.7) descreveu as ações de Augusto com as seguintes palavras:

"O Império estava protegido pelo Mar Oceano e por rios longínquos; as legiões, províncias, frotas, tudo se interligava; havia a lei para os cidadãos, respeito para com os aliados; a cidade [de Roma] foi embelezada magnificamente. Poucas vezes recorreu-se... força e, ainda nestes casos, apenas para manter a tranqüilidade geral." (cf. PLÍNIO. NH 14,1,2, sobre o *commercium rerum* e sobre a *societas pacis*).

As belas frases de Tácito tentam resumir toda a política imperial e fazem-no com grande precisão: o conceito principal, a tranqüilidade (*quies*), uma calma serena e protegida (*saeptum imperium*). A troca, o objetivo central, *cuncta inter se conexa*, ainda que os lucros sejam repartidos desigualmente entre cidadãos e aliados, pois Roma recebia muito mais (*magnifico ornato*). Tudo isto era mantido pelo uso moderado da força, seja nas fronteiras (*saeptum imperium*), seja no interior do Império (*pauca ui tractata*). Neste contexto, torna-se impossível distinguir a troca da redistribuição: a política econômica de Augusto visava assegurar o livre comércio dos produtos, a defesa dos mercadores e dos produtores de mercadorias mas, ao mesmo tempo, os agentes econômicos, produtores e consumidores, não são iguais, como seria o caso em uma economia capitalista. Consumidores diferentes recebiam, por meios políticos, benefícios diferentes: *ius*, *modestia* e *magnificentia* caracterizam posições político-econômicas muito claramente diferentes. Este sistema dependia, de maneira direta, do exército que sustentava o regime imperial, sendo o exército a garantia da paz e, sem dúvida, um de seus principais beneficiários.

A ideologia imperial, desde o início, ressaltava o cuidado (*cura*) do Príncipe e o caráter pessoal deste encargo (*sua impensa*) (SCHNEIDER, 1986: 38). Remesal (1990: 59; 1986; 1997: passim) estudou, em detalhe, o que denominou *Versorgungssystem*, ou sistema de abastecimento de consumidores privilegiados, como o exército e a população da cidade de Roma. A *praefectura annoanae* recebia bens, entre os quais o azeite, por meio de três procedimentos: compra, impostos e imposições (*indictiones*). Somente o primeiro método era, efetivamente, governado pelas forças do mercado (REMESAL, inédito: 3). Whittaker (1985: 57) considera o consumo militar "um sistema de abastecimento altamente especializado que não era uma simples resposta à procura do mercado (...) [mas, ao contrário, havia] um nível pouco desenvolvido de transações no mercado, com dinheiro, para a compra e para a distribuição dos abastecimentos militares". Contudo, há alguns indícios de que, mesmo o abastecimento militar, não estava completamente fora das relações mercantis. Bowman, Thomas e Adams (1990: 41), estudando uma carta de inícios do século II, proveniente de Vindolanda, uma guarnição militar fronteiriça, descrevem

este documento como “*tratando de negócios comerciais e financeiros*”, “*toda a carta caracterizada pela iniciativa típica de homens de negócios*”. Mencionam-se, explicitamente, compras. A burocracia, altamente eficaz, do exército (BIRLEY, 1990:20) não dependia, necessária e somente, dos métodos administrativos para a obtenção dos produtos necessários. O abastecimento militar era politicamente orientado *ab origine*, pois o próprio deslocamento do exército e a colonização eram atos eminentemente políticos, não econômicos. Neste sentido, todo consumo militar era originalmente político. Os métodos utilizados para obter os diferentes produtos, entretanto, não eram sempre políticos. Tudo isto significa que impõe-se nuançar nossa concepção do abastecimento, pois nem sempre, possível distinguir o transporte obrigatório e o livre transporte dos produtos, ou ainda, determinar onde termina o escambo e onde começa a troca comercial. A taxinomia deve ser um instrumento analítico (FINLEY, 1983: 72) e, como conseqüência, não devemos nos enganar considerando o abastecimento militar como simplesmente mercantil ou, ao contrário, não mercantil. Parece que a complexidade e a diversidade de situações dificulta o estabelecimento de generalizações válidas para todas as práticas que eram usuais. De todo modo, este, o contexto do estudo da Bretanha como província fronteiriça. Devemos, agora, dar conta do papel geo-político desta província romana.

4. A Bretanha como Província Consumidora

Hedeager (1987: 126) propôs um modelo de análise para o estudo das regiões fronteiriças do império: “*havia dois sistemas, estruturalmente diferentes, na periferia norte do Império (...) um com suas raízes no mundo celta e outro com suas raízes no mundo germânico. Se a expansão romana sofreu uma derrota definitiva em relação aos germânicos, foi bem sucedida na tarefa de anexar um grande território celta ao império*”. As regiões celtas sofreram um processo de assimilação cultural (BARTEL, 1980: 19) que resultou em uma homogeneização cultural (CLAVEL-LÉVÊQUE, 1973-1974: 21): a cultura e os costumes romanos difundiram-se, rapidamente, em regiões celtas, atingindo tanto a elite como o povo. Tradicionalmente, esta descrição era considerada válida para o centro da região celta, especialmente para as Gálias. A Bretanha, ao contrário, era considerada uma “zona militar fronteiriça” que teria passado por uma transformação profunda entre a Idade do Ferro tardia e o início do período romano. Segundo este modelo de análise, as cidades teriam crescido a partir de aldeias (*uici*) agregadas às guarnições militares abandonadas.

das pelo exército que avançava conquistando o Norte e o Oeste da Ilha Britânica (WACHER, 1975: 27; RIVET, 1977: 121; WEBSTER, 1966). Entretanto, Martin Millet (1990) estudou, há pouco, a romanização da Bretanha por meio de uma análise detalhada e concluiu que há que se rever o esquema explicativo tradicional. Millet (1990: 66; 74) propôs que

“as primeiras ciuitates estabelecidas na Bretanha, no Sul e no Leste, fundaram-se sobre aglomerações sociais da Idade do Ferro Tardia [e que] as elites tribais incorporadas transformaram-se em decuriões das cidades; a constituição das cidades era o resultado natural do desejo das elites indígenas de participar do estilo de vida romano”.

Já em 1981, também Peter Salway (1984: 236) considerava que os costumes romanos não podiam *“deixar nem mesmo a família britânica mais humilde sem transformações”* (cf. SADDINGTON 1991: 415). O uso da língua latina pelos britânicos como língua viva confirma que mesmo a cultura popular da Bretanha foi profundamente afetada pela romanização (MANN, 1971: 219; HAMP 1975: 151). Comparando as inscrições britânicas com os grafites pompeianos, pode constatar-se as suas semelhanças, como o uso de *domna* (RIB 323; CIL IV, 4187; 6865) ou a omissão da letra -m do acusativo singular (cura, no acusativo, RIB 360; 365; 534; cf. CIL IV, 1597). Estas são tendências lingüísticas típicas do latim falado, em termos gerais. Assim sendo, a Bretanha era muito mais que uma colônia puramente militar e Londres era, provavelmente, a prova material mais evidente:

“O desenvolvimento de Londres, mesmo antes de 60/61 a.C., parece ser resultado do comércio. A natureza cosmopolita da cidade e seu centro, projetado muito cedo, significa que os mercadores estrangeiros fundaram a cidade como uma comunidade organizada e localizada para convir ao comércio marítimo e para constituir o centro das comunicações por meio de uma ponte sobre o Tâmsa (...) sua localização deve ser considerada como politicamente neutra [em relação às capitais tribais] e isto explica o bem sucedido desenvolvimento da comunidade mercantil, já nos primeiros anos após a conquista. Estando fora dos centros das ciuitates, Londres estava fora do controle que as diferentes elites tribais podiam tentar exercer sobre as trocas econômicas. Mercadores estrangeiros podiam, dessa maneira, estabelecer sua própria comunidade comercial em um território neutro, constituindo uma espécie de zona franca (port of trade). A romanidade muito precoce de Londres, uma prova e, ao mesmo tempo, reflete um desenvolvimento, não limitado e diverso, daquele das ciuitates.” (MILLET, 1990: 89)

Esta interpretação de Millet, contudo, foi questionada por Brigham (1990: 93), pois ele considera que a prosperidade de Londres era, na rea-

lidade, frágil e mesmo demasiadamente ambiciosa, no que se refere ao seu programa de construções. Mas Brigham (1990: 158-160) considera as transformações tardias da cidade como um sinal de sua fragilidade desde seu início, sem considerar que os acontecimentos tardios nada nos dizem sobre os períodos antigos, na medida em que as transformações econômicas tardias foram estruturais e a nível imperial e não uma característica da Bretanha *per se*. Londres e as outras antigas cidades da província desenvolveram-se graças à integração das populações britânicas indígenas (WILLIAMS, 1990: 604) e elas prosperaram durante os dois primeiros séculos de administração romana (MARSDEN, 1976).

Além das cidades, o campo também desenvolveu-se por meio do florescimento das fazendas "*baseadas no acúmulo de lucros obtidos com a venda de mercadorias agrícolas no mercado*" (HINGLEY, 1982: 32). Geograficamente, podemos concluir que nas planícies britânicas, tanto as cidades como as fazendas, eram bem integradas à economia mercantil do tipo celta continental. Isto nos conduz a uma questão complicada: a que ponto as regiões fronteiriças, em particular o País de Gales e o Norte da Inglaterra, eram civis? J. H. van der Werff (1987: 155) resume o ponto de vista mais corrente quando ele considera que "*os bens transportados em ânforas, como o azeite, o vinho e as salgações eram produtos de luxo destinados aos oficiais e aos soldados de origem estrangeira (ou seja, Mediterrânea)*". A colonização fronteiriça seria, portanto, de caráter eminentemente militar e "importado" em relação à região. Contudo, parece-me que as cidades e aldeias nas fronteiras britânicas dependiam, parcialmente, das guarnições militares e, parcialmente, de sua posição em relação às rotas comerciais ligando as populações dos dois lados da fronteira (cf. CHARLESWORTH, 1978: 122). Lawrence Okamura (1990) aventou a idéia que "*as guarnições continentais no limes coincidem, muitas vezes, com os mercados locais (romano-indígena ou indígena) e que a expansão romana do limes visava a anexação destes mercados locais*". De qualquer maneira, parece incontestável que havia diferenças muito claras entre as planícies do sudeste e os sítios fronteiriços de caráter mais ou menos ligado aos militares.

Uma outra questão refere-se às duas regiões fronteiriças britânicas, o País de Gales e o Muro de Adriano. Não possuímos nenhum dado que permita supor que os britânicos considerassem o País de Gales como uma entidade distinta. Na verdade, o País de Gales deve ser considerado uma unidade cultural criada no período medieval. Entretanto, enquanto conceito estratégico e geográfico, podemos estar seguros que os romanos distinguiam uma região especificamente galesa. Ainda que, durante todo o período romano, mesmo no Baixo Império, não tenha existido uma unidade adminis-

trativa galesa, houve, desde o início, uma ocupação estratégica desta região por parte das forças militares romanas. Toda a região devia receber abastecimento do Mediterrâneo, ao menos de vinho e azeite, mas não temos notícias sobre as rotas possivelmente utilizadas, ou seja, se os bens vinham através de Londres, por meio terrestre, ou se havia um comércio marítimo direto para a costa oeste da Bretanha. Alguns documentos tardios relativos à defesa da costa ocidental (SALWAY, 1984: 384) parecem indicar que durante os dois primeiros séculos esta rota marítima era utilizada sem problemas. Isto concordaria com a análise de Keith Hopkins (1982: 84) dos custos de transporte e explicaria, como veremos adiante, as diferenças no abastecimento militar constatado entre as duas regiões fronteiriças, o País de Gales e o Muro de Adriano. É claro que os navios viajavam pela costa ocidental e que os *naucularii* comerciando com os sítios galeses deviam ser diferentes daqueles atuando junto aos sítios do nordeste da província.

5. O Consumo de Azeite na Bretanha e sua Contribuição para o Debate sobre a Economia Antiga

Peter Salway (1984: 652) podia confundir, ainda no começo dos anos 1980, as ânforas de azeite bético de tipo Dressel 20 com ânforas vinárias e afirmar, erroneamente, que *“as ânforas espanholas dos séculos I e II d.C., encontradas na Grã-Bretanha, representam um comércio volumoso de vinho”*. Isto se explica por diferentes razões, inclusive pelo fato que o consumo de azeite parecia (e, de certa forma, continua a parecer) estranho para os britânicos de hoje em dia. Contudo, já há um reconhecimento crescente do fato que os britânicos, durante o período romano, foram muito mais romanizados do que se supunha há até, bem pouco tempo. Tácito (*Agr.*) lamentava que *“os britânicos desmoralizam-se por causa dos prazeres dos pórticos, das termas e dos banquetes”*. Todas estas atividades dependiam do uso do azeite, seja para a alimentação, seja para a unção ou mesmo para a iluminação (BURN, 1953: 101-102; cf. RICHMOND, 1986: 173). O discurso de Tácito a este respeito é, certamente, mais estilístico do que realmente descritivo (ROBERTS, 1988) mas transmite, mesmo assim, uma mensagem verdadeira: os hábitos romanos estavam sendo, efetivamente, adotados, de maneira generalizada, na província. Cássio Dio (62, 5) sabia que as palavras que atribuía a Boudicca, a rainha britânica revoltosa em 61 d.C., descrevia as verdadeiras necessidades dos soldados romanos: *“precisam de sombra e de abrigo, de pão, vinho e azeite. Sua falta significa, para eles, a morte”*.

As ânforas de azeite bético de tipo Dressel 20 estão presentes em sítios britânicos da Idade do Ferro mesmo antes da conquista romana, representando entre um terço e a metade do total de ânforas encontradas nesses sítios (PEACOCK e WILLIAMS, 1983: 266). O consumo militar de azeite confirma-se pelas ânforas encontradas em diferentes guarnições e fortes. Em Inchtuthil, 13% de todos os fragmentos cerâmicos são Dressel 20, ou 40% do peso cerâmico (PITTS e JOSEPH, 1985: 335). Em Vindolanda, 95% de todos os fragmentos cerâmicos são Dressel 20 (BIDWELL, 1985: 182). Além dos sítios militares, como os dois citados, as ânforas Dressel 20 estavam presentes em grande quantidade em diferentes mercados civis. Segundo Sealey (1985: 115), em Sheepen (escavações de 1930-9; material arqueológico anterior a 60/61 d.C.), as Dressel 20 representam 38,2% de todas as ânforas e 72,5% do total de litros importados em ânforas. É difícil avaliar, com precisão, a importação de azeite na Bretanha Romana, mas deve ressaltar-se que as Dressel 20 são as ânforas mais frequentemente encontradas em sítios britânicos (PEACOCK e WILLIAMS, 1986: 136).

Contudo, ainda que reconhecido como importante documento arqueológico, os arqueólogos britânicos têm se ocupado deste material, principalmente, enquanto documento anepigráfico. Isto permitiu aos especialistas britânicos constatar a ubiqüidade das Dressel 20 no país mas, ao mesmo tempo, a falta de análises epigráficas acabou por dificultar a proposição de padrões de consumo. O método estabelecido por Remesal (1986) para o estudo da Germânia pode ser utilizado em relação à Bretanha e nos permite distinguir três regiões importadoras: 1. cidades da planície meridional da Ilha, Colchester e Londres, respectivamente a primeira capital da província e a mais dinâmica cidade romana; 2. sítios fronteiriços junto ao Muro de Adriano; 3. sítios fronteiriços a oeste (País de Gales). Há pouco, ressaltei que

"somente a publicação e o estudo da documentação das ânforas Dressel 20 encontradas em sítios fronteiriços romanos nos permitir compreender melhor o consumo de azeite nas fronteiras. Este não é um objetivo em si, mas por meio desta abordagem será possível discutir questões relativas ao comércio interprovincial, à economia de mercado e às instituições de redistribuição, às relações entre cidade e campo, aos ritmos de consumo, entre outros temas" (FUNARI, 1991: 71).

Apenas a multiplicação de estudos monográficos permitirá a proposição de novas interpretações destes temas e o estudo de mais de centenas de selos de ânforas Dressel 20 encontrados na Grã-Bretanha permite propor algumas sugestões de caráter geral sobre o consumo de azeite espa-

nhol na Bretanha Romana. Não apresentarei, neste artigo, todos os dados estatísticos relativos aos sítios britânicos e apresentados, em detalhe, alhures (FUNARI, 1996; CARRERAS e FUNARI, 1998). Neste artigo, de caráter eminentemente interpretativo, tecerei apenas algumas considerações genéricas.

O primeiro aspecto a ressaltar refere-se à presença de três regiões consumidoras diferentes: Londres e Colchester, o País de Gales e os sítios junto ao Muro de Adriano. As diferenças muito claras entre os sítios do País de Gales e do Muro de Adriano sugerem que a tese de Remesal da existência de uma rota atlântica parece revelar-se verdadeira: as exportações das olarias do *Conventus Hispalensis* parecem demonstrar a existência de relações preferenciais entre estes produtores e o País de Gales. Uma outra conclusão é que, se duas regiões militares, como o País de Gales e o Muro de Adriano, recebiam ânforas de origem diferente, isto não deve relacionar-se com as autoridades militares centrais mas, ao contrário, deve ser o resultado da provável existência de acordos locais de abastecimento. Isto está de acordo com os documentos militares de Vindolanda que sugerem que a burocracia do Exército romano não era uma corpo administrado pelo centro mas, ao contrário, era uma força de manutenção da ordem altamente efetiva, "normalmente com muito trabalho administrativo e burocrático" (BIRLEY, 1988: 155). Entre seus afazeres quotidianos, devemos supor que os oficiais deviam incluir o trato com abastecedores específicos da região. *Mercatores e societates mercatorum*, como a *Aemiliorum et Cassiorum societas* conhecida nos anos 90 d.C., em Vindolanda (FUNARI, 1991: 70), sociedades que estavam em relação com diferentes consumidores, não necessariamente de maneira direta por meio de acordos individuais. Mais provavelmente, como os dados da Bretanha sugerem, estes acordos deviam ser firmados nos principais centros comerciais locais. No País de Gales, o canal de Bristol e o rio Severn deviam ser as rotas para os sítios do interior galês; Londres e Colchester deviam utilizar acordos específicos de abastecimento, mas parece que a maior parte dos mercadores atuavam nas duas cidades, algo natural, tendo-se em conta a importância de ambas e sua proximidade. O abastecimento dos sítios do Muro de Adriano era, talvez, coordenado a nível regional. Provavelmente, cada cidade ou forte firmava acordos de fornecimento de maneira independente mas isto ocorria nos centros regionais, onde alguns comerciantes definiam os fornecedores béticos disponíveis aos consumidores dos diferentes sítios. Isto explicaria tanto a diferença entre os sítios como a presença de mercadores específicos em cada região, caracterizando, desta forma, três regiões com relações específicas de importação.

Outro aspecto importante diz respeito às mudanças no consumo do azeite com o passar do tempo. Peacock e Williams (1983: 267-268), embora reconheçam que as ânforas Dressel 20 eram muito populares na segunda metade do século I d.C., tanto em sítios civis como militares, consideram, contudo, que a idéia tradicional de um ápice de importação de azeite espanhol no século II era verdadeira. Nossos dados parecem, à primeira vista, confirmar esta análise. Entretanto, si consideramos o número de selos em relação ao número de anos de cada período, considerando que o século II representa cem anos e que, ao contrário, os séculos I e III contam, cada um, somente um pouco mais de meio século de importação de ânforas Dressel 20 com selos, a situação se modifica. As importações pré-flávias ultrapassam as dos outros períodos e mesmo considerando todo o período pré-flávio até a época dos antoninos, os dois períodos não são muito diferentes no ritmo de consumo:

Selos pré-flávios: 26,0%; 26 anos; 1% ao ano;
Selos flávio-hadriânicos: 21,69%; 68 anos; 0,3% ao ano;
Selos antoninos: 33,2%; 54 anos; 0,6% ao ano;
Selos do terceiro século: 18,8%; 59 anos; 0,3% ao ano;
(Selos pré-flávios, flávios e adriânicos: 47,69%; 94 anos; 0,50% ao ano)
Média geral: 0,48% ao ano.

Mesmo se é possível que os selos pré-flávios sejam, talvez, mais fáceis de datar, aumentando por isso a importância do período, este não parece ser motivo suficiente para explicar o desequilíbrio observado. Este desequilíbrio tornar-se ainda mais notável se nos lembramos que o número de sítios pré-flávios e o número de seus habitantes eram bem menores do que nos períodos posteriores. Além disso, alguns sítios são de origem posterior. Londres, o exemplo mais convincente do declínio contínuo das importações desde o período pré-flávio até a época tardia dos antoninos. Como se pode explicar estes números aparentemente de difícil compreensão? A importação de origem africana atingiria a Bretanha provavelmente apenas no terceiro século (PEACOCK e WILLIAMS, 1983: 269). Não temos respostas a respeito, no momento, mas, talvez, possa supor-se que a resposta deva ser buscada junto às ânforas ainda por identificar e que poderiam chegar facilmente à Bretanha desde a época flávia e após esse período (pode aventar-se a hipótese das ânforas gaulesas). Esta suposição, reforçada pelo fato que os altos percentuais de ânforas Dressel 20 em época pré-flávia podem significar uma espécie de monopólio que não poderia se manter por muito tempo após a colonização pacífica da província. Nos primeiros tempos, o abastecimento militar poderia explicar o fato

que o azeite bético era o principal (ou mesmo o único) azeite importado na Bretanha. Mais tarde, com o desenvolvimento de diferentes centros pacíficos, outros exportadores de azeite poderiam tentar alcançar este mercado, explicação plausível para a diminuição, ao menos *per capita*, das importações de Dressel 20.

As importações de azeite bético eram somente uma parte do comércio econômico global da Bretanha Romana e o consumo de azeite, ainda que importante, não era o único ou mesmo o mais importante. Além disso, os dados são ainda insuficientes e as conclusões não passam de suposições mais ou menos razoáveis. Contudo, somente estudos monográficos, como estes relativos aos selos Dressel 20, podem melhorar nossos conhecimentos da economia antiga. As monografias são, por definição, limitadas tanto por seu objeto específico e como por sua abrangência (cf. NICOLET 1988: 40). Entretanto, mesmo se cada estudo monográfico não passa de um pequeno tijolo, a construção interpretativa não pode ser construída sem estas humildes partes.

Bibliografia

- ANKERMIT, F. R. "The dilemma of contemporary Anglo-Saxon philosophy of history." *In: History and Theory* 25 (4): 1-27, 1986.
- ARRIGHI, G. "World income inequalities and the future of socialism." *In: New Left Review* 189: 39-50, 1991.
- BARTEL, B. "Colonialism and cultural responses: problems related to Roman provincial analysis." *In: World Archaeology* 12 (1): 11-26, 1980.
- BIDWELL, P. T. *The Roman Fort of Vindolanda*. Londres: HBMCE, 1985.
- BIRLEY, A. R. "Vindolanda: notes on some new writing tablets." *In: Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphie* 88: 87-103, 1991.
- BIRLEY, E. *The Roman Army, Papers 1929-1986*. Amsterdam: Gieben, 1988.
- BIRLEY, R. *The Roman Documents from Vindolanda*. Newcastle: ARP, 1990.
- BOWMAN, A.K., THOMAS, J.D., e ADAMS, J. N. "Two letters from Vindolanda." *In: Britannia* 21: 33-52, 1990.
- BRIGHAM, T. "A reassessment of the second Basilica in London, AD 100-400." *In: Britannia* 21: 53-97, 1990.

- BRUHNS, H. *La typologie de la ville antique et la question de la ville de consommation; L'origine des richesses dépensées dans la ville antique*. Marseille: Université de Provence, 1985. pp. 255-273.
- BURN, A. R. *Agricola and Roman Britain*. Londres: English Universities Press, 1953.
- CARANDINI, A. *Archeologia e cultura materiale*. Bari: De Donato, 1979.
- CARANDINI, A. "Roma imperialistica: caso di sviluppo precapitalistico." *In: Memoirs of the American Academy in Rome* 36: 11-19, 1980.
- CARANDINI, A. "Columella's vineyard and the rationality of the Roman economy." *In: Opus* 2: 177-204, 1983.
- CARANDINI, A. "Il mondo della tarda antichità visto attraverso le merci." *In: GIARDINA, A. (ed.), Le merci, gli insediamenti*. Roma: Laterza, 1986. pp. 3-19.
- CARRERAS, C., FUNARI, P. P. A. *Britannia y el Mediterraneo: Estudios sobre el abastecimiento de aceite bético y africano a Britannia*. Barcelona: Editorial de la Universidad de Barcelona, 1998.
- CHARLESWORTH, D. "Roman Carlisle." *In: The Archaeological Journal* 135: 115-137, 1978.
- CLAVEL-LÉVÊQUE, M. "Structures urbaines et groupes hétérogènes." *In: Atti V, Ce.S.D.I.R.:* 7-39, 1973-1974.
- CLAVEL-LÉVÊQUE, M. "Urbanisation et cités dans l'Occident antique: voies privilégiées, impérialismes et transitions." *In: Cahiers d'Histoire de l'Institut Maurice Thorez* 19: 239-246, 1976.
- CLAVEL-LÉVÊQUE, M. "Impérialisme, développement et transition: pluralité des voies et universalisme dans le modèle impériale romain." *In: La Pensée* 196: 10-27, 1977.
- CLAVEL-LÉVÊQUE, M. "Anasili marxista e società antiche." *In: Labeo* 26: 390-401, 1980.
- COLLINGWOOD, R. G. *The Idea of History*. Oxford: Clarendon, 1946.
- CORBIER, M. *Proprietà e gestione della terra: grande proprietà fondiaria ed economia contadina, Società Romana e Produzione Schiavistica*. Roma: Laterza, 1981. pp. 427-445.
- D'ARMS, J. *Commerce and Social Standing in Ancient Rome*. Cambridge: Harvard University Press, 1981.
- DROYSEN, J. G. *Grundriss der Historie*. Berlin, 1943.

- FINLEY, M. I. *Ancient Slavery and Modern Ideology*. Harmondsworth: Penguin, 1983.
- FINLEY, M. I. *The Ancient Economy*. Londres, 1985.
- FOXHALL, L. "The dependent tenant: land leasing and labour in Italy and Greece." In: *Journal of Roman Studies* 80: 97-114, 1990.
- FRERE, S. S. *Britannia*. Oxford: Oxford University Press, 1987.
- FUNARI, P. P. A. *Dressel 20 amphora inscriptions found at Vindolanda: the reading of the unpublished evidence, Roman Frontier Studies 1989*. Exeter: Exeter University Press, 1991. pp. 65-72.
- FUNARI, P. P. A. *Dressel 20 amphora inscriptions and the consumption of Spanish Olive oil in Roman Britain*. Oxford: BAR *Tempus Reparatum*, 1996.
- HAMP, E. P. "Social gradience in British spoken Latin." In: *Britannia* 6: 150-162, 1975.
- HEDEAGER, L. "Empire, frontier and the barbarians hinterland: Rome and northern Europe AD 1-400". In: ROWLANDS, M. *et alii* (ed.). *Centre and Periphery in the Ancient World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. pp. 126-137.
- HINGLEY, R. "Roman Britain: the structure of Roman imperialism and the consequences of imperialism on the development of a peripheral province." In: MILES, D. (ed). *The Romano-British countryside, Studies in rural settlement economy*. Londres: BAR series 103, 1982. pp. 17-52.
- HOPKINS, K. "The transport of staples in the Roman Empire." In: *8th International Economic History Congress*. Budapest: Akademiai Kiado, 1982. pp. 30-41.
- JONGMAN, W. *The economy and society of Pompeii*. Amsterdam: Gieben, 1991.
- MANN, J. C. "Spoken Latin in Britain as evidenced in the inscriptions." In: *Britannia* 2: 218-224, 1971.
- MAIER, F. G. "Der historiker und die Texte." In: *Historische Zeitschrift* 228 (1): 83-94, 1984.
- MARSDEN, P. *The Roman Forum site in London*. London: Museum of London, 1976.
- MATTINGLY, D. J. "Oil export? A comparison of Lybian, Spanish and Tunisian olive-oil production in the Roman Empire." In: *Journal of Roman Archaeology* 1: 33-56, 1988.

- MILLET, M. *The Romanization of Britain, an essay in archaeological interpretation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- MOMIGLIANO, A. *Sui fondamenti della storia antica*. Turim: Einaudi, 1984.
- MOMMSEN, W. J. "Die sprache des Historikers." In: *Historische Zeitschrift* 328 (1): 57-81, 1984.
- NICOLET, C. *Rendre à César, Économie et société dans la Rome antique*. Paris: Gallimard, 1988.
- OKAMURA, L. Carta pessoal ao autor. 1990
- PADGUY, R. S. "Problem in the theory of slavery and slave society." In: *Science and Society* 40 (1): 3-27, 1976.
- PATERSON, J. J. "Newcastle." In: *Journal of Roman Studies*: 241-244, 1983.
- PEACOCK, D. P. S., WILLIAMS, D. F. "The importation of olive-oil into Iron age and Roman Britain." In: *Segundo Congreso, Producción y Comercio del Aceite en la Antigüedad*. Madrid: Universidad Complutense, 1983. pp. 263-280.
- PEACOCK, D. P. S., WILLIAMS, D. F. *Amphorae and the Roman Economy*. Londres: Longman, 1986.
- PEKARY, J. *Die Wirtschaft der Griechisch-Römischen Antike*. Wiesbaden: Steiner, 1976.
- PITTS, L. F., JOSEPH, J. K. *Inchtuthil, The Roman legionary fortress*. Gloucester: Sutton, 1985.
- REMESAL, J. "Die *procuratores Augusti* und die Versorgung der römischen Heeres." In: *Akten der 14. Internationalen Limeskongress 1986 Carnutum*. Viena: DAW, 1990. pp. 55-65.
- REMESAL, J. *El sistema annonario como base de la evolución económica del Imperio Romano*. Barcelona. (manuscrito inédito)
- REMESAL, J. *La annona militaris y la exportación del aceite bético a Germania*. Madrid: Universidad Complutense, 1986.
- REMESAL, J. *Heeresversorgung und die wirtschaftlichen Beziehungen zwischen der Baetica und Germanien*. Stuttgart: Kommissionsverlag, 1997.
- RICHMOND, I. A. *Roman Britain*. Hardmondsworth: Penguin, 1986.
- RIVET, A. L. F. *Town and Country in Roman Britain*. London, 1977.

- ROBERTS, M. "The Revolt of Boudicca and the assertion of *libertas* in Neronian Rome." In: *American Journal of Philology* 109 (1): 118-132, 1988.
- SADDINGTON, D. *The parameters of Romanization, Roman Frontier Studies 1989*. Exeter: Exeter University Press, 1991. pp. 413-418.
- SALWAY, P. *Roman Britain*. Oxford: Oxford University Press, 1984.
- SCHNEIDER, P. R. "Infrastruktur und politische Legitimation im frühen Prinzipat." In: *Opus* 5: 23-52, 1986.
- SCOTT, E. "In search of Roman Britain: talking about their generation." In: *Antiquity* 64: 953-956, 1990.
- SEALEY, P. R. *Amphoras from the 1970 excavations at Colchester Sheepen*. Oxford: BAR series 142, 1985.
- SOMEKAWA, E., SMITH, E. A. "Theorizing the writing of history." In: *Journal of Social History* 22 (1): 149-161, 1988.
- TODD, M. *Roman Britain*. London: Fontana, 1989.
- VAN DER WERFF, I. H. "Roman amphoras at 'De Horden'". In: *ROB* 37: 153-172, 1987.
- WEBSTER, G. *The Roman Imperial army of the first and second centuries AD*. London, 1966.
- WILLIAMS, T. "The foundation and early development of Roman London: a social context." In: *Antiquity* 64: 599-607, 1990.
- WHITTAKER, C. R. "Trade and the aristocracy in the Roman Empire." In: *Opus* 4: 49-75, 1985.

Agradecimentos

Devo agradecer colegas que me enviaram artigos ou cartas com informações e idéias usadas aqui e que me ajudaram de diferentes maneiras: Anthony R. Birley, Robin Birley, Monique Clavel-Lévêque, Lyn Foxhall, Lawrence Okamura, David P.S. Peacock, José Remesal e David Williams. A responsabilidade pelas idéias apresentadas recai somente no autor. Esta pesquisa foi possível apenas graças ao apoio institucional da UNESP, FUNDUNESP, UNICAMP, CNPq, FAPESP, Universidad de Barcelona e Conselho Britânico.